



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 12842/2008

1 — Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 326-A/2007, de 28 de Setembro que aprova a orgânica da Inspeção-Geral da Administração Local e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior de Magistratura, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de Inspector-Geral da Administração Local, o Juiz Desembargador Orlando Santos Nascimento, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários para o desempenho do cargo em que é investido.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia 6 de Maio de 2008.

30 de Abril de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

Síntese curricular

I. Identificação.

Orlando Santos Nascimento, n. a 21/02/1956, na Freguesia de Rio de Mel, Concelho de Trancoso, Distrito da Guarda, casado.

II. Profissão.

Juiz Desembargador.

III. Habilitações literárias e percurso profissional.

1 — Licenciado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa em 1981, com a média final de 14 valores.

2 — Ingressou no Centro de Estudos Judiciários em Janeiro de 1983.

3 — Foi nomeado Juiz de Direito em Outubro de 1985, tendo desempenhado funções, sucessivamente,

No Tribunal de Instrução Criminal de Santarém,
No Tribunal Judicial de Coruche,
Nos Juízos Criminais de Lisboa (actuais Varas Criminais),
Nos Juízos Cíveis de Lisboa (actuais Varas Cíveis),
No Tribunal do Trabalho de Lisboa,
No Tribunal Militar Territorial de Lisboa, no Tribunal Militar da Marinha e
No Tribunal da Relação do Porto.

4 — Presidiu à Comissão Nacional de Objecção de Consciência entre 1996 e 2008, por designação do Conselho Superior da Magistratura.

5 — Foi Vogal da Comissão do Domínio Público Marítimo e da Comissão de Direito Marítimo Internacional entre Setembro de 1996 e Setembro de 2004.

IV. Funções à data da nomeação.

Juiz Desembargador na 7.ª Secção Cível do Tribunal da Relação de Lisboa.

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 12843/2008

1 — Nos termos do disposto da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, e dos despachos n.º 13 622/2005, de 7 de Junho, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, e n.º 14 405/2005, de 21 de Junho, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*,

2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, renovo a comissão de serviço do mestre em Direito António Paulo Duarte de Almeida, como consultor principal do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Está assegurado o respectivo cabimento orçamental.

3 — A presente nomeação é feita pelo período de dois anos e produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2008.

31 de Março de 2008. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

Despacho n.º 12844/2008

1 — Nos termos do disposto da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, e dos despachos n.º 13 622/2005, de 7 de Junho, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, e n.º 14 405/2005, de 21 de Junho, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, renovo a comissão de serviço da mestra em Direito Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão, como consultora principal do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Está assegurado o respectivo cabimento orçamental.

3 — A presente nomeação é feita pelo período de dois anos e produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2008.

31 de Março de 2008. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12845/2008

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio assessor do meu Gabinete o licenciado em Direito Carlos Alberto Veloso e Brito, para prestação de apoio na área jurídica, designadamente no âmbito da reforma do ensino da língua e do Instituto Camões.

2 — As remunerações a processar são as estabelecidas por lei para o cargo de adjunto, incluindo subsídio de férias, de Natal e de refeição, acrescidas do abono das despesas de representação.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Abril de 2008.

21 de Abril de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Rectificação n.º 999/2008

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* parte C, 2.ª série, n.º 73, de 14 de Abril de 2008, o despacho (extracto) n.º 10799/2008, rectifica-se: onde se lê “com efeitos reportados à data da aceitação de lugar” deve ler-se “com efeitos a 01 de Março de 2008, data em que iniciou funções neste Instituto.”

14 de Abril de 2008. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Caixa Geral de Aposentações, I. P.

Aviso n.º 14106/2008

Em cumprimento no disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se